

Vestuário

Novas medidas econômicas: como elas apoiam o vestuário?

Relatório de Inteligência Analítico - abril 2012





Resumo Executivo

Este relatório apresenta as diretrizes e estratégias estabelecidas pelo governo federal para que o vestuário brasileiro alcance novos níveis de competitividade. Desde o lançamento do Plano Brasil Maior, em agosto de 2011, uma série de ações já foram implementadas e, sem dúvida, ainda há muito a ser feito para que o setor do vestuário e outras áreas sejam fortalecidas.

No dia 3 de abril de 2012 o governo lançou mais um conjunto de medidas de apoio à indústria nacional, direcionando os esforços do País ao enfrentamento dos concorrentes internacionais para ampliar a presença do produto brasileiro no mundo.

Para o vestuário, as medidas que tiveram algum impacto são nas áreas de estímulos ao investimento e à inovação, comércio exterior, competitividade exportadora, defesa comercial, defesa da indústria e do mercado interno.

Este documento apresenta ainda a estrutura criada para a organização dos trabalhos e também os envolvidos diretos. O empresário poderá saber mais informações a respeito do Comitê Executivo Calçados, Têxtil e Confecções, Gemas e Jóias, sob a coordenação de Regina Maria Silvério (ApexBrasil) e vice-coordenação de Talita Tormin Saito (MDIC). Esse comitê já desenvolveu um conjunto de ações para

melhorar o desempenho da indústria do vestuário brasileiro.

É fato que a indústria brasileira requer uma política profunda que atinja não apenas os setores-chave, mas que alavanque toda a cadeia de valor desses setores. Mas é importante destacar a interlocução entre empresários, entidades de classe do setor, sindicatos e governo para discutir soluções e impulsionar o segmento.

O empresário do vestuário precisa acompanhar o Plano Brasil Maior e buscar nas medidas econômicas ações que possam fortalecer e beneficiar micro e pequenas empresas.



Introdução	4
O Plano Brasil Maior	4
Medidas da política Brasil Maior anunciadas até abril 2012	9
Novas medidas da política Brasil Maior anunciadas em abril 2012	10
Análise do impacto no vestuário	13
Fontes	14



INTRODUÇÃO

O governo federal lançou no início de abril de 2012 mais um conjunto de medidas de apoio à indústria brasileira. Nos últimos anos o governo lançou diversas políticas de estímulo à competitividade da indústria brasileira, com destaque para:

- Política de Desenvolvimento Industrial, Tecnológico de Serviços e de Comércio Exterior para o período de 2011 a 2014;
- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – de 2003 a 2007;
- Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – de 2008 a 2010;
- Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) – 2007 a 2010;
- Plano Brasil Maior 2011 lançado em agosto de 2011;
- Plano Brasil Maior 2012.

Com o anúncio do Plano Brasil Maior o governo tem dedicado esforços para alcançar melhores condições de enfrentamento dos concorrentes interna-

cionais e, conseqüentemente, ampliar a colocação do produto brasileiro no mundo.

Para o setor têxtil a aplicação das medidas surgiu em caráter emergencial, tendo em vista a alta capacidade de geração de empregos, mas que está sendo afetada pela entrada de produtos importados. Verifica-se que a capacidade de geração de emprego de um país é importante para estimular a movimentação de recursos no mercado interno. Sendo assim, as empresas que não estão conseguindo vender para o exterior podem direcionar seus produtos para o mercado nacional.

Este relatório apresenta as diretrizes e estratégias estabelecidas para que o vestuário brasileiro alcance novos níveis de competitividade. Buscando identificar se as medidas anunciadas estão em conformidade com as questões estratégicas do setor. Confira na íntegra!

O PLANO BRASIL MAIOR

Objetivos e metas

A política Brasil Maior define que o desenvolvi-

mento sustentável do País será alcançado na medida em que tenha capacidade de inovar, investir, sustentar o crescimento e melhorar a qualidade de vida.

Para isso é necessário gerar medidas para que as empresas brasileiras possam:

- Ampliar seus mercados de atuação;
- Fortalecer o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor;
- Criar e fortalecer as competências críticas.

Para cada uma dessas vertentes foram estabelecidas metas que serão perseguidas pelas medidas de governo. As metas são claramente especificadas na Figura 1.

O Sistema de Gestão

Para viabilizar o plano foram estruturados três níveis de gestão, que são constituídos pelo:

1. Nível de Aconselhamento Superior: é materializado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) que reúne 17 ministros de Estado, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por 18 representantes da sociedade. É compreendido como o



Benefícios à indústria de confecções

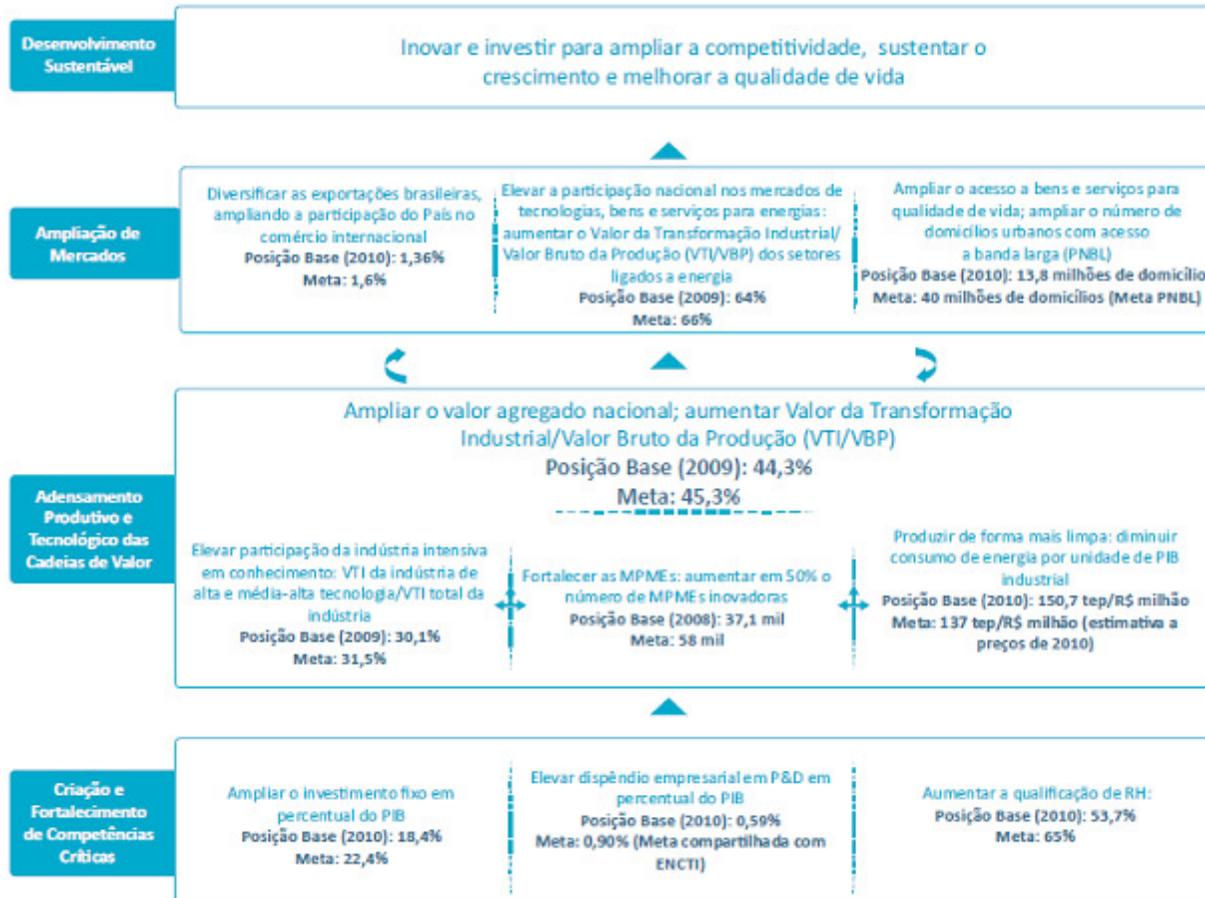


Figura 1: Objetivos estratégicos e metas do Plano Brasil Maior. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

colegiado que estabelece orientações estratégicas, subsidiando as atividades do Sistema de Gestão.

2. **Nível de Gerenciamento e Deliberação:** Reúne dois organismos deliberativos, o Comitê Gestor e Grupo Executivo que são formados pelos titulares dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que o coordena; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). É de sua competência aprovar programas relativos ao Plano, assim como suas metas e indicadores; acompanhar e supervisionar sua implementação; promover a articulação entre as ações do Brasil Maior e entre essas e as demais ações transversais do governo federal; avaliar o desempenho do Plano e determinar ajustes pertinentes ao Grupo Executivo; dispor sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Competitividade Setoriais e dos Comitês Executivos; e aprovar o Regimento Interno do Grupo Executivo.

3. **Nível de Articulação e Formulação:** Constituído pelos comitês executivos, conselhos de com-



petitividade setoriais e coordenações sistêmicas e compõem a base para o desenvolvimento das propostas e por onde entram a demanda das empresas e entidades de classe e onde são discutidas propostas. Após ampla discussão neste nível ainda é analisado se pode atender diversos setores da economia e posteriormente é encaminhado para o nível de gerenciamento e deliberação para implantação ou não da proposta.

O Plano Brasil Maior organizou ainda as atividades industriais em cinco blocos que reúnem as empresas por suas especificidades técnicas, capacidade de transformação da estrutura industrial e de serviços especializados, de forma a ajudar na formulação de propostas de programas e projetos, são eles:

Bloco 1: Sistemas da Mecânica, Eletroeletrônica e Saúde;

Bloco 2: Sistemas produtivos intensivos em escala;

Bloco 3: Sistemas produtivos intensivos em trabalho;

Bloco 4: Sistemas produtivos do agronegócio;

Bloco 5: Comércio, logística e serviços.

O vestuário está inserido no Bloco 3, conforme pode ser observado na Figura 2. Cada atividade industrial forma um comitê executivo setorial que reúne lideranças governamentais e do setor para formulação de uma agenda de trabalho para alavancar a competitividade daquela indústria específica.



Figura 2: Atividades econômicas organizadas em blocos no Plano Brasil Maior. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Assim, o empresário do vestuário, pode hoje saber quem desenvolve as propostas para elevar a competitividade de sua empresa.

Cada comitê executivo tem suas próprias diretrizes estratégicas que servem de base para organizar seus trabalhos.



Benefícios à indústria de confecções

O Comitê Executivo Calçados, Têxtil e Confecções, Gemas e Jóias

Coordenadora: Regina Maria Silvério (ApexBrasil)

Vice-coordenadora: Talita Tormin Saito (MDIC)

Esse comitê já desenvolveu um conjunto de diretrizes e estratégias para que a indústria do vestuário brasileiro alcance um maior nível de competitividade. Confira nas tabelas 1 e 2 algumas das ações.

Diretrizes:	Estratégias:
Ampliação do acesso da população aos produtos, com a manutenção da participação de mercado da indústria nacional.	» Combater a concorrência desleal; » Ampliar o uso das margens de preferência nas compras governamentais.
Aumento das exportações e diversificação da pauta exportadora.	» Intensificar os esforços de inteligência e promoção comercial; » Capacitar as empresas para exportar; » Ampliar o acesso a mercados internacionais; » Fortalecer a Marca Brasil; » Aprimorar a infraestrutura para exportação.
Formação de empresas de classe mundial.	» Ampliar a penetração internacional de empresas brasileiras; » Fortalecer as marcas nacionais.
Elevação da produtividade e da qualidade dos produtos.	» Investir em melhoria da qualidade e da produtividade; » Investir em produtos e processos socioambientalmente corretos.
Melhoria da integração entre os elos da cadeia de valor e com outros setores produtivos.	» Implantar canais de acesso a informações estratégicas; » Criar mecanismos de interação.

Tabela 1: Ações do Comitê Executivo. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Diretrizes:	Estratégias:
Incentivo aos segmentos intensivos em conhecimento e criatividade	<ul style="list-style-type: none">» Incentivar o investimento em PD&I;» Fomentar o uso do design como fator de diferenciação e aumento da competitividade setorial.
Desenvolvimento, atração e retenção de talentos.	<ul style="list-style-type: none">» Promover a capacitação tecnológica, técnica e de gestão;» Incentivar políticas privadas para atração e retenção de talentos.
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e das MPEs.	<ul style="list-style-type: none">» Estimular a formalização de empresas;» Incentivar e fortalecer programas de capacitação de fornecedores;» Fortalecer a governança local;» Capacitar pessoal para a gestão de empresas.
Ampliação do investimento em modernização do parque fabril	<ul style="list-style-type: none">» Ampliar e divulgar linhas de financiamento;» Facilitar o acesso ao crédito.
Melhoria da integração entre os elos da cadeia de valor e com outros setores produtivos.	<ul style="list-style-type: none">» Implantar canais de acesso a informações estratégicas;» Criar mecanismos de interação.
Aprimoramento do arcabouço normativo e regulatório.	<ul style="list-style-type: none">» Revisar, ampliar e disseminar as normas existentes;» Promover o acesso a programas de avaliação de conformidade.
Alteração estratégica da trajetória tecnológica do setor	<ul style="list-style-type: none">» Incentivar a adequação do parque fabril às necessidades de customização de produtos;» Incentivar a inovação em design, visando os novos atributos de competição: materiais, biônica, biomecânica, materiais “verdes” e meio ambiente;» Facilitar a articulação estratégica com o setor de bens de capital para viabilizar novas trajetórias tecnológicas.

Tabela 2: Ações do Comitê Executivo. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Benefícios à indústria de confecções

Pelo Plano Brasil Maior a competitividade da empresa do vestuário brasileiro se dará pelo desenvolvimento de ações que venham a contribuir para a consolidação dessas diretrizes e estratégias. Os órgãos de governo, os bancos de fomentos e outras entidades estimularão ações que venham apoiar o alcance dessas diretrizes estabelecidas.

Por conseguinte, as empresas brasileiras de vestuário encontrarão oportunidades de investimento, programas e ações junto às entidades de classe, órgãos de governo estadual e entidades como o Sebrae, Senai, universidades, centros de pesquisa e outros para o alcance dessas diretrizes e estratégias. Portanto, o empresário deverá estar atento às essas questões, pois será o caminho para sua competitividade.

Os temas direcionarão os investimentos no setor nos próximos anos e, ao mesmo tempo, permitirão que as empresas do vestuário alcancem melhores condições de competir e enfrentar seus concorrentes nacionais e internacionais.

MEDIDAS DA POLÍTICA BRASIL MAIOR ANUNCIADAS ATÉ ABRIL 2012

Desde o anúncio do Plano Brasil Maior, em agosto de 2011, diversas ações foram implementadas, visando dar melhores condições competitivas à indústria brasileira, entre elas destacam-se:

- Redução gradual do prazo de devolução de créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital: de 12 meses para apropriação imediata a partir de julho/12;
- Ressarcimento de créditos aos exportadores: processamento automático, com pagamento em 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital;
- Suspensão ex-tarifário máquinas e equipamentos usados;
- Encomendas Tecnológicas: permitir cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação;
- Desoneração folha de pagamento (confecções, calçados, móveis e software): base de incidência transferida para faturamento bruto, excluída

receita bruta de exportações;

- Instituição Reintegra: devolução via restituição e/ou compensação de créditos residuais na cadeia produtiva para exportações realizadas até 31/12/12;
- Ampliação Simples Nacional (complementar PBM);
- Ampliação capital de giro MPMEs - BNDES PROGEREN (novos setores e condições de crédito/prazo);
- Relançamento Programa Revitaliza: novas condições de financiamento;
- Compras Governamentais: regulamentação Lei 12.349/2010 - confecções, calçados e artefatos: decreto 7.601, 07/11/11, estabelece margem de preferência de 8%;
- Crédito pré-aprovado para planos de inovação: inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação;
- Criação Programa BNDES Qualificação: apoio expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante;
- Novos recursos para inovação: aumento de



crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira FINEP 2011.

NOVAS MEDIDAS DA POLÍTICA BRASIL MAIOR ANUNCIADAS EM ABRIL 2012

Diversas foram as medidas anunciadas no dia 03 de abril e as que tiveram algum impacto na indústria do vestuário foram as seguintes:

Estímulos ao Investimento e à Inovação	
Programa de Sustentação do Investimento (PSI) para Bens de Capital	<ul style="list-style-type: none"> »Aporte de recursos no BNDES para apoio ao investimento com ênfase na inovação, financiando compra de Bens de Capital; »Redução das taxas de juros de 8,7% a.a para 7,3% a.a (grandes empresas) e de 6,5% para 5,5% a.a (micro, pequenas e médias empresas); »Elevação do nível de participação do BNDES no investimento: 100% para micro, pequenas e médias empresas e 90% para grandes empresas; »Prazo total de financiamento: 120 meses.
PSI Exportação (Pré-embarque)	<ul style="list-style-type: none"> »Ampliação do prazo total de financiamento de 24 meses para 36 meses; »Elevação do nível de participação do BNDES no investimento: 100% para micro, pequenas e médias empresas; »Taxa de juros: 9% a.a para grandes empresas e 7% a.a para micro, pequenas e médias empresas.
PSI Inovação BNDES e FINEP	<ul style="list-style-type: none"> »Unificação das linhas de apoio à inovação, com redução da taxa de juros para 4% a.a; »-Ampliação do prazo de carência de 36 meses para 48 meses; »-Redução da taxa de juros do Pró-Engenharia de 7% a.a. para 6,5% a.a.

Tabela 3: Medidas anunciadas em abril de 2012. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Benefícios à indústria de confecções

Estímulos ao Investimento e à Inovação	
BNDES Revitaliza: revitalização das empresas brasileiras em setores afetados pela conjuntura internacional	» Ampliação do prazo para exportação de 18 para 24 meses; » Taxa de juros: 9% a.a.
BNDES Progeren: apoio financeiro para capital de giro para aumento da produção, emprego e massa salarial	» Taxas de juros: reduzidas da faixa de 10,5% a.a. a 13% a.a. para a faixa de 9% a.a. a 11,5% a.a.; » Inclusão de grandes empresas no rol de beneficiários do programa.
Elevação da produtividade e da qualidade dos produtos.	» Investir em melhoria da qualidade e da produtividade; » Investir em produtos e processos socioambientalmente corretos.
Melhoria da integração entre os elos da cadeia de valor e com outros setores produtivos.	» Implantar canais de acesso a informações estratégicas; » Criar mecanismos de interação.
Criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos – ABGF	» Criação de agência para administrar os fundos garantidores e prover garantias para investimento, exportações, pequenas empresas, setor aeronáutico, habitação social e crédito educativo.

Competitividade Exportadora

» Ampliação do universo de empresas com benefício de suspensão de IPI, PIS e COFINS sobre aquisição de insumos: redução de 60% (setores intensivos em trabalho) ou 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Predominantemente Exportadora.

Tabela 4: Medidas anunciadas em abril de 2012. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Defesa Comercial	
Exclusão dos Sistemas Integrados da concessão de ex-tarifários	» Os equipamentos deverão ser decompostos em máquinas e em combinações de máquinas.
Maior controle sobre mercadorias importadas	» Através de Convênio INMETRO com Receita Federal para aperfeiçoar controle e fiscalização sobre mercadorias importadas e coibir práticas ilícitas de importação.
Ações antifraude da Receita Federal	» Através de ampliação de combate a fraudes e irregularidades, do reforço das fronteiras terrestres e de criação do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad).
Defesa da Indústria e do Mercado Interno	
Desoneração da folha de pagamento	» Os equipamentos deverão ser decompostos em máquinas e em combinações de máquinas.
Outros Benefícios Tributários	» Através de Convênio INMETRO com Receita Federal para aperfeiçoar controle e fiscalização sobre mercadorias importadas e coibir práticas ilícitas de importação.
Comércio Exterior	
Financiamento e garantias à exportação	» Ampliação dos recursos para o Programa de Financiamento à Exportação (PROEX); » PROEX Equalização pré-embarque e redefinição dos prazos e percentuais para Equalização pós-embarque; » Flexibilização de garantias PROEX e redefinição de alçadas para aprovação das operações PROEX financiamento; » Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via tradings através de reformulação da legislação de financiamento à exportação indireta: autoriza empresa que exporta via trading a financiar produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto; » Novas regras para seguro de crédito à exportação.

Tabela 5: Medidas anunciadas em abril de 2012. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



ANÁLISE DO IMPACTO NO VESTUÁRIO

São diversas iniciativas anunciadas nos últimos anos, buscando gerar diferenciais de competitividade à indústria brasileira. Contudo, muitos analistas têm argumentado que as propostas não são sistêmicas e nem tão pouco têm atuado nas reais causas dos problemas da indústria nacional.

Mas é importante compreender que essas medidas ajudaram o País a enfrentar as crises econômicas que assolaram o mundo nos últimos anos e que o setor do vestuário está sendo amplamente apoiado.

É fato que a competitividade da indústria brasileira requer uma política profunda que impacte não só alguns setores-chave, mas capaz de alavancar toda a cadeia de valor desses setores. Mas, é certo também que os problemas estruturais são de difícil solução. Por exemplo, a falta de capacitação da mão de obra não se resolve no curto prazo e tais investimentos impactam severamente no custo final dos produtos brasileiros.

O que se observa nas medidas lançadas é que

buscam dar continuidade aos aspectos estruturantes da política em vigor desde agosto de 2011.

Neste cenário destaca-se a interlocução entre o segmento têxtil, pois se identifica que empresários, entidades de classe do setor, sindicatos e governo estão discutindo soluções para impulsionar o segmento.

Verifica-se que nesses oito meses muitas medidas foram implantadas e merecem ser estudadas, pois podem apoiar algum estímulo para competitividade, como, por exemplo, a medida para desoneração da folha de pagamento, pois vai colaborar para a formalização da mão de obra do setor, assim como elevar a competitividade setorial.

Outro ponto importante é a vantagem à empresa nacional junto às compras públicas. A grande beneficiada com as medidas, no vestuário, é a de uniformes. Gera possibilidade de ampliação na criação de empregos.

Ações de defesa comercial também foram anunciadas. As dificuldades nesse quesito são de ordem prática. Para a efetividade dessas propostas tornou-se necessário ampliar a equipe de fiscalização e de

operacionalização de sistemas eficientes de controle e proteção comercial.

Por fim, deve-se destacar que o empresário do vestuário precisa acompanhar o Plano Brasil Maior e buscar na publicação das medidas ações que possam fortalecer e beneficiar micro e pequenas empresas.





Fontes

AGÊNCIA BRASIL. **Governo se empenhará em proteger trabalhadores e garantir empregos, diz Dilma.** DCI. 03. abr. 2012. Disponível em: <http://www.dci.com.br/governo-se-empenhara-em-protoger-trabalhadores-e-garantir-empregos,-diz-dilma-id288711.html>. Acesso em: 04. abr. 2012.

AGÊNCIA ESTADO. **Skaf: é preciso tempo para avaliar eficácia das medidas.** Época Negócios. 02. ago. 2011. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI254085-16357,00-SKAF+E+PRECISO+TEMPO+PARA+AVALIAR+EFICACIA+DAS+MEDIDAS.html>. Acesso em: 05. ago. 2011.

BUENO, Denise. **Governo cria a seguradora estatal em forma de agência.** Sindsefsp. 10. abr. 2012. Disponível em: http://www.sindsefsp.org.br/areas/sala_im-prensa/noticias_texto.asp?id=9397. Acesso em: 11. abr. 2012.

DANTAS, Fernando. **Indústria precisa de câmbio a R\$ 2,40 para ficar competitiva.** INPI. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/778-industria-precisa-de-cambio-a-r-240-para-fica>. Acesso em: 04. abr. 2012.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Governo anuncia que votará a unificação da cobrança de ICMS.** 06. abr. 2012. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=409313>. Acesso em: 11. abr. 2012.

DIEESE. **Considerações sobre o Plano Brasil Maior.** Nº 102. Ago. 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec102PlanoBrasilMaior.pdf>. Acesso em: 05. ago. 2011.

FILHO, Aguinaldo. D. **A volta por cima da indústria têxtil brasileira.** Jornal do Brasil. 31. jul. 2011. Disponível em: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/07/31/a-volta-por-cima-da-industria-textil-brasileira/>. Acesso em: 05. ago. 2011.

GOIS, Chico. D; OLIVEIRA, Eliane; BECK, Marta. **Nova política industrial vai desonerar folha de alguns setores.** O Globo. 01. ago. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/01/nova-politica-industrial-vai-desonerar-folha-de-alguns-setores-925029727.asp>. Acesso: 05. ago. 2011.

JÚNIOR, Anchieta. D. **Têxteis e calçados veem medidas como um paliativo.** Diário do Nordeste. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1122905>. Acesso em: 11. abr. 2012.

HOFFMANN, Maria G. S.T. **Plano Brasil Maior ajuda as empresas do vestuário?** Disponível em: <http://sis.sebrae-sc.com.br/sis/inicio/geral.action;jsessionid=92F7542DA58A9D39FEEDFF71BB2218AC>. Acesso em: 12. abr. 2012.



LIMAS, Felipe. **Um empurrão para a indústria.** Exclusivo on line. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.exclusivo.com.br/Noticias/61326/Um-empurr%C3%A3o-para-a-ind%C3%BAstria.eol>. Acesso em: 04. abr. 2012.

MARTELLO, Alexandre. **Plano de estímulo à indústria prevê desoneração de tributos e da folha.** G1. 02. ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/veja-medidas-do-brasil-maior.html>. Acesso em: 05. ago. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Brasil Maior desonera folha de confecções, calçados, móveis e softwares.** 02. ago. 2011. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=10852>. Acesso em: 05. ago. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Conselhos de Competitividade Setoriais.** Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/publicacao/recursos/arquivos/biblioteca/PBMbaixa.pdf>. Acesso em: 11. abr. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Plano Brasil Maior 2011/2014.** Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/medidas-atualizadas-19-mar-2012.pdf>. Acesso em 14. abr. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Plano 2011/2014.** Disponível em: http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf. Acesso em: 05. ago. 2011.

MOURA, Rafael. M. OTTA, Lu. A. **Indústria elogia medidas, mas acha pacote insuficiente.** INPI. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/779-industria-elogia-medidas-mas-acha-pacote-insu>. Acesso em: 04. abr. 2012.

O GLOBO. **INDÚSTRIA GANHA 6º PACOTE DE INCENTIVOS PARA SAIR DA CRISE.** INPI. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/785-industria-ganha-6o-pacote-de-incentivos-para->. Acesso em: 04. abr. 2012.

OTTA, Lu.A; DANTAS, Iuri. **GOVERNO ANUNCIA PACOTE DE R\$ 60,4 BI PARA PRODUÇÃO.** INPI. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/777-governo-anuncia-pacote-de-r-604-bi-para-produ>. Acesso em: 04. abr. 2012.

PT NA CÂMARA. **Governo anuncia medidas de incentivo à indústria e proteção ao emprego.** JUS Brasil. 03. abr. 2012. Disponível em: <http://pt-camara.jusbrasil.com.br/politica/8579294/governo-anuncia-medidas-de-incentivo-a-industria-e-protecao-ao-emprego>. Acesso em: 04. abr. 2012.



ROSINHA, Diego. **Governo: medidas de estímulo para indústria.** Exclusivo on line. 03. abr. 2012. Disponível em: <http://www.exclusivo.com.br/Noticias/61324/Governo:-medidas-de-est%C3%ADmulo-para-ind%C3%BAstria.eol>. Acesso em: 04. abr. 2012.

SIMÃO, Edna. **Governo flexibiliza conceito de empresa exportadora.** Valor Econômico. 05. abr. 2012. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/5/governo-flexibiliza-conceito-de-empresa-exportadora>. Acesso em: 11. abr. 2012.

VALOR ECONÔMICO. **Desoneração pode virar queda de preço ou ganho de margem.** INPI. 04. Abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/783-ganhos-ajudam-empresas-mas-nao-chegam-a-preco>. Acesso em: 05. abr. 2012.

VALOR ONLINE. **Confira as principais medidas do “Plano Brasil Maior”.** Disponível em: <http://valoronline.com.br/online/geral/8/465893/confira-as-principais-medidas-do-plano-brasil-maior>. Acesso em: 05. ago. 2011.

VILLAVERDE, João; SIMÃO, Edna. **Governo monta pacote de R\$ 60,4 bi para estimular a economia.** INPI. 04. abr. 2012. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/index.php/quem-somos/noticias/clipping/781-pacote-amplia-credito-subsidiado>. Acesso em: 04. abr. 2012.

www.sebrae-sc.com.br/sis

Dúvidas ou sugestões sobre o conteúdo do relatório envie um email para:

atendimento.sis@sebrae.sc.com.br

Faça também suas contribuições para o SEBRAE-SC enviando um email para:

falecom.sis@sebrae.sc.com.br



Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

Distribuição e informações:

SEBRAE Santa Catarina
Endereço: Av. Rio Branco, 611
Telefone : 0800 570 0800
Bairro : Centro Cep : 88015203
Florianópolis – SC
Internet: [http:// www.sebrae-sc.com.br/sis](http://www.sebrae-sc.com.br/sis)

Autora: Maria Gorete Hoffmann